

A “Proposição de 9 de outubro de 1967”, a comunidade de Escola e a decisão do Colegiado Internacional de Garantia (CIG)¹

Luciana de Freitas Guarreschi

Resumo

A autora faz uma questão à “Proposição” de Lacan: o que é o saber do fundador e como articulá-lo com o tempo que deve acolher o resultado de suas ações? Propondo um recorte em três tempos para pensar a construção política de nossa Escola, que este ano comemora 20 anos, faz uma articulação dos textos “A situação da psicanálise em 1956” e “Proposição de 9 outubro de 1967” com a decisão de fevereiro de 2016 do Colegiado Internacional de Garantia (CIG), que estendeu a possibilidade de indicação de analista membro de Escola (AME) a cada um dos membros da Escola, usando como baliza a crítica consagrada de Lacan aos termos hierarquia e *gradus*.

Palavras-chave:

Proposição de Escola; Indicação de Analista Membro de Escola (AME); Critérios de indicação.

The “Proposition of 9 October 1967”, the School community and the decision of the Collegiate of International Guarantee (CIG)

Abstract

The author asks a question to Lacan’s “Proposition”: What is the knowledge of the founder and how to articulate it with the time that has to receive the results of his actions? Proposing a three-stroke cut to think about the political construction of our School, which this year celebrates 20 years of foundation, the author makes a joint of the texts “The situation of psychoanalysis in 1956” and “Proposition

¹ Um esboço deste texto foi apresentado no Espaço Escola do Fórum São Paulo.

of October 9 1967” with the decision of February 2016 of the Collegiate of International Guarantee (CIG), which extended the possibility of the indication of Analyst Member of the School (AMS) to each one of the members of the School, using as a mark Lacan’s consecrated criticism of the terms hierarchy and *gradus*.

Keywords:

Proposition of the School; Indication of Analyst Member of the School (AMS);
Criteria of indication.

La “Proposición de 9 de Octubre de 1967”, la Comunidad de Escuela y la Decisión del Colegiado Internacional de Garantía (CIG)

Resumen

La autora plantea una cuestión a la “Proposición” de Lacan: ¿Qué es el saber del fundador y cómo articularlo con el tiempo que debe recoger el resultado de sus acciones? Proponiendo un recorte en tres tiempos para pensar la construcción política de nuestra Escuela, que este año celebra 20 años, la autora hace una articulación de los textos “La situación del psicoanálisis en 1956” y “Proposición de 9 de octubre de 1967” con la decisión de Febrero de 2016 del Colegiado Internacional de Garantía (CIG) que entendió la posibilidad de indicación de analista miembro de Escuela (A.M.E.) a cada uno de los miembros de la Escuela, utilizando como maniobra la crítica consagrada de Lacan acerca de los términos jerarquía y *gradus*.

Palabras claves:

Proposición de Escuela; Indicación de analista miembro de Escuela (A.M.E.);
Criterios de indicación.

La « Proposition du 9 octobre 1967 », la Communauté de l’École et la décision du Collège International de la Garantie (CIG)

Résumé

L’auteur pose une question à la “Proposition” de Lacan : qu’est ce que le savoir du fondateur et comment l’articuler dans le temps devant recueillir le résultat de ses effets ? En proposant un découpage en trois temps pour réfléchir à la construction politique de notre École qui, cette année, fête ses vingt ans, l’auteur articule

entre eux les textes « La situation de la psychanalyse en 1956 » et « Proposition du 9 octobre 1967 » avec la décision de février 2016 du Collège International de la Garantie, le CIG, qui a élargi à chaque membre de l'École la possibilité d'indication d'analyste membre de l'École (A.M.E.), en utilisant comme repère la critique consacrée de Lacan sur les termes de hiérarchie et gradus.

Mots-clés :

Proposition de l'École ; Indication d'analyste membre de l'École ; Critères d'indication.

A "Proposição de 9 de outubro de 1967"

Lembramos do nascimento para festejar,
mas sobretudo para compreender.
Queremos ter presentes os primeiros passos,
para iluminar nossos caminhos atuais e nos-
sas possibilidades.
(Bignotto, 2003)

Formulei à "Proposição" uma questão que tem por objeto a ação histórica de Lacan. É importante tocar as ações que tentaram solucionar os problemas práticos apresentados pelo desejo de criação de uma nova instituição ou, como ele quis, uma Escola, principalmente para pensar nossa atualidade e nossas possibilidades, 20 anos após a criação da Internacional dos Fóruns (IF). A questão é: o que é o saber do fundador e como articulá-lo com o tempo que deve acolher o resultado de suas ações? Buscando outras referências, encontro Bignotto:

Situado fora do tempo de existência do corpo político, ele [o fundador] se beneficia de uma liberdade extrema em relação aos atores políticos tradicionais. Ao mesmo tempo, essa sua condição excepcional o distancia dos homens que irão constituir a cidade, fazendo com que suas ações nem sempre possam ser compreendidas e, por isso, deixem de ser eficazes. A posição solitária do criador lhe confere uma grande liberdade, mas também uma enorme dificuldade, uma vez que seu saber parece se situar fora do terreno da linguagem ordinária dos homens, aproximando-o do mito do qual pretendia se distanciar. (Bignotto, 2003)

Utilizei-me do texto citado para pensar essa criação de Lacan, a Escola. Relendo a forma como algumas cidades foram construídas e o que se pensou sobre essas construções ao longo da história, Bignotto elege três maneiras de se criar uma cidade. Resumo aqui:

1) pela identificação com os mitos fundadores, a identidade da cidade era dada pela especificidade de seus laços com o que estava fora do tempo;
2) pela perseguição de um ideal de felicidade: uma vida melhor e mais feliz;
3) pela acentuação do elemento popular, como forma de garantir a estabilidade do corpo político, tirando consequências constitucionais das escolhas populares. “Constitucionais”, aqui, versa tanto sobre as leis que limitam o poder arbitrário de alguns quanto sobre a própria constituição da cidade ela mesma.

Vê-se que não há pirotecnia, mas apenas três saídas. Apresento-as em termos psicanalíticos:

- identificação com o pai morto;
- idealização de um paraíso chamado “Há relação sexual”; ou
- muito trabalho, de preferência em cartel.

As condições históricas da “Proposição de 9 de outubro” estão dadas por Lacan logo no início do texto, em que ele escreve: “Antes de lê-la, assinalo que convém entendê-la com base na leitura de meu artigo “A situação da psicanálise e a formação do psicanalista em 1956” (Lacan, 2003). É nossa ainda hoje? A situação da psicanálise e a formação do analista hoje é a mesma de 1956? Talvez seja a mesma na International Psychoanalytical Association (IPA) ou ainda em muitas outras instituições, mas nossa, aqui, quero significar Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF-EPFCL). Tentarei fazer aqui esse exercício de vai e vem, 1956, 1967 e 2018.

Em 1967, Lacan apresenta seu projeto de “cidade”: tratar de estruturas asseguradas na psicanálise e garantir sua efetivação no analista. A introdução do novo no funcionamento portaria a solução para um problema antigo da Sociedade Psicanalítica, qual seja, a diferença entre *gradus* e hierarquia. Cito o texto de 1956:

Eis por que daremos o nome de Suficiência ao *gradus*, ao único *gradus* da hierarquia psicanalítica. É que, ao contrário do que imagina um povo fútil com base em aparências, essa hierarquia tem apenas um *gradus*, e é nisso que se fundamenta para se dizer democrática. (Lacan, 2003)

Atenção ao latim *gradus*: passo, caminhada (por oposição a *cursus*: ato de correr, corrida, curso, marcha), ida, passo que se dá, *passou-se ao, passou-se de “posição”*. O saber do fundador, aqui, apresenta-se em toda a sua extensão, Lacan sabe que *esse passo o analista deverá saber produzir, e isso qualifica o ato do analista*, esse o único *gradus* que nos interessa e que se situava fora do terreno da linguagem ordinária da IPA. Mas, sobre que base se produz esse passo? Da autorização a partir de si mesmo, com a Escola a garantir sua formação. Ou seja, o analista se autoriza de si mesmo, mas não sem alguns outros, como ele dirá em 1974 (Lacan, 1974).

A comunidade de nossa Escola

Pois bem. Mas quem são esses "alguns outros"? Esse é um ponto importante. Seu analista? Seus supervisores? Seus (ím)pares? Ou *tutti quanti*? Quero acentuar aqui a *constituição de um coletivo* para a garantia que a Escola se propõe fornecer, constituição que Bignotto (2003) diz depender da "acentuação do elemento popular, como forma de garantir a estabilidade do corpo político, tirando consequências constitucionais das escolhas populares".

Voltemos a 1956 e lembremos a situação da IPA: havia dois títulos, duas qualificações de analista, *nenhum ato*. Eram o titular e o aderente. Os candidatos à formação comprometiam-se a não praticar a psicanálise até serem autorizados para tanto (será que o cumpriam?). Quando, após algum tempo e muita "proveniência", o júri autorizava o candidato (e) o título empregado era o de aderente. Após certo número de anos, um aderente podia pedir para ser autorizado como titular. Os titulares eram responsáveis pela formação dos candidatos, que se baseava no tripé "análise, ensino, supervisão". Vemos aí a inscrição de uma hierarquia calcada em um modelo de ascendência, ou seja, os titulares formavam aderentes, que se tornavam titulares, para formar novos aderentes, e assim por diante. Tal modelo garantiria a existência de um analista, já que atrelado a uma linhagem de analistas que poderíamos fazer remontar até Freud.

Assim, a opção de Lacan pela Escola, pelo cartel e pelo passe são, logicamente, decisões políticas. Subvertendo o modelo hierárquico identificatório, fez com que a admissão de analistas recaísse "*no projeto de um trabalho e sem consideração para com a proveniência nem as qualificações*" (Lacan, 2003, grifo nosso). Claramente, Lacan se distancia da saída "identificação com o pai morto" e aponta a saída pelo trabalho, uma vez a saída "há relação sexual" não existe. Contudo, Lacan não dispensa a ideia de garantia fornecida pela Escola, não há mais autorização provida de nenhum pai, mas há garantia.

Tal garantia viria de duas formas: analista membro de Escola (AME) e analista de Escola (AE). Deixo a questão dos AEs para outro trabalho e me atendo aos AMEs. Cito Lacan: "O AME, ou Analista Membro de Escola, constituído simplesmente *pelo fato de a Escola* o reconhecer como psicanalista que comprovou sua capacidade" (Lacan, 2003, grifo nosso). O que nos leva à questão de sempre: como reconhecer um analista que não por sua proveniência e qualificação? Retirando a possibilidade dos *curriculum vitae* (CVs) e das cartas de apresentação, o que nos sobra? Questão muito trabalhada por nossa comunidade, uma vez que ressoa com a questão perseguida a vida toda por Lacan, qual seja, "o que faz um analista?". Bom, Lacan não é específico nesse momento e, pouco tempo depois, perguntado sobre os critérios de sua escolha em um júri do qual participava, responde: "Não há outro critério a não ser o bom senso. Não há nada além do bom senso" (Nasio, 1999).

A decisão do CIG

Enfim, quais são nossos critérios? Cito os critérios a que se chegou em 2002, momento em que se estabeleceu a primeira lista de AMEs:

Devemos muito, é claro, ao trabalho das Comissões locais de Garantia, que nos endereçaram suas propostas de AME. As levamos muito em conta e seus instrumentos de seleção nos ajudaram a fazer nossas escolhas [sic]. Nem por isso, os critérios de designação dos AME[s], por mais sérios e rigorosos que sejam, deixaram de levar em conta que cada um dentre nós lançasse mão, às vezes, do que bem se poderia chamar de sua convicção íntima. É o que um de nós exprimiu nos seguintes termos: eu confiaria neles (AMEs):

1. Para recomendá-los como analistas, eventualmente para uma pessoa muito próxima; 2. Para participar de uma comissão internacional de garantia e, por sua vez, designar o título de AME; 3. Para participar de um cartel do passe; 4. Para nomear passadores; 5. Para transmitir a psicanálise no interior da Escola; 6. Para assegurar no mundo a extensão da psicanálise.

Esta sequência de critérios poderia ser assim resumida: “aqui, há analista!” É o que também cingimos mais “objetivamente” quando observamos que os colegas propostos deveriam satisfazer às seguintes condições:

a. Ter feito uma análise e uma ou mais supervisões; b. Ter uma prática psicanalítica há algum tempo; c. Tê-lo testemunhado publicamente, através de intervenções e publicações nas quais se pode medir sua relação com a psicanálise e sua preocupação em participar de um trabalho de escola.²

Voilà là! C'est tout!

São nossos critérios, e não parecem nem um pouco longe do que Lacan chamou “bom senso”, embora pudessem contar com alguns acréscimos após o intenso debate promovido em virtude da decisão do CIG (2014-2016), qual seja, de estender as indicações de AME a todos os membros de Escola. Ponto ao qual gostaria de me ater justamente, pois nosso bom senso não advinha da Escola como coletivo, mas dos AMEs. Não me refiro ao CIG, já que sempre há de haver aqueles que “batem o martelo” e lá estão em função de representação de uma comunidade que os elegeram, mas me refiro às indicações mesmas. Aí parece que algo havia ficado entre a hierarquia e o *gradus*, entre a hierarquia e o passo em nossa Escola.

Na “Proposição”, fica claro que a ideia de garantia e seus consequentes nomes, AME e AE, não têm relação alguma com a regulação de uma hierarquia dentro da Escola, mas sim com a possibilidade de preservar, sem encobrimento ou negação sistemática, o real em jogo na formação do analista. Para tal tarefa, um

² Arquivo Sucata, copilado por Ana Laura Prates Pacheco. Documento digital e de circulação interna.

coletivo de Escola é sempre mais interessante. Decisão acertada do CIG, que soube fazer valer a saída pelo trabalho de cartel, extraindo os desdobramentos do saber do fundador.

Lembremos a "Proposição": "A Escola não o é apenas no sentido de distribuir um ensino, mas de instaurar entre seus membros uma comunidade de experiência, cujo cerne é dado pela experiência dos praticantes" (Lacan, 2003). Isso é o que deve prevalecer, este é o cerne: a experiência dos praticantes.

Trata-se de um desenvolvimento lógico: se o *gradus* de nossa Escola não serve à hierarquia, logo os membros de Escola, os chamados analistas praticantes, também devem fazer suas indicações, lançando mão de sua convicção íntima e dos critérios estabelecidos em nossa Escola. Que cada membro de Escola busque responder à questão sobre o que é um analista como pôde dizer: aqui há analista!

Há tempos víamos, ou melhor, ouvíamos, a cada dois anos, certo desconforto após a nomeação dos AMEs. Algo que não se diz explicitamente, mas nos corredores de nossos fóruns locais. Alguns preferem ler esse desconforto apenas como descontentamento dos "não nomeados", fofocas, intrigas, narcisismo. É preciso termos mais cuidado nesse ponto. A que outras leituras estão abertas essas "queixas"? Não poderíamos ler que havia aí um descompasso entre o que a comunidade local acredita ser "aqui há analista" e o que se recolhia disso com os efetivamente nomeados AMEs? Ou ainda que qualquer processo que envolva a ausência da opinião da comunidade deixa um pouco a desejar? Essas "queixas" não poderiam ser um indício de que esse processo deveria contar com uma participação maior da comunidade? É a esse desconforto que o CIG de 2014-2016 foi sensível. Cito:

Nosso CIG desejou marcar o passo no *automaton* ritualizado de um funcionamento por demais insatisfatório. Esperamos um relance, em consequência de uma reflexão sobre o lugar que o AME tem em nossas estruturas de Escola, e sobre o que podemos esperar dele em razão desse lugar. (Boletim, 2014-2016)

Um processo mais participativo pode dar maior legitimidade aos AMEs nomeados, além de envolver a comunidade em um trabalho de um a um articulado com o coletivo. Cada membro de Escola que assim o desejar, pensando e dando a conhecer o que faz um analista. Ou seja, repassa-se à comunidade também a responsabilidade de pensar essa garantia, seus critérios, colocando todos nessa grande "saia justa" que é tentar responder à questão sobre o que faz um analista. Esse, sim, um desconforto que vale a pena.

Referências bibliográficas

- Bignotto, N. (2003). Três maneiras de se criar uma cidade. In A. Novaes (Org.). *A crise do Estado-nação* (pp. 82, 84-85). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boletim do Colegiado Internacional da Garantia, 2014-2016. Obtido em 6 de abril de 2018. Recuperado de <https://www.champlacanian.net/public/docu/4/CIG-2014-2016-Bulletin-5.pdf>
- Lacan, J. (1974). *Séminaire 21: Le non-dupes errent*. Leçon du 9 avril 1974. Inédito.
- Lacan, J. (1998). A situação da psicanálise e a formação do analista em 1956. In J. Lacan. *Escritos* (Vera Ribeiro, Trad.) (pp. 461-495). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan. *Outros escritos* (Vera Ribeiro, Trad.) (pp. 249-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nasio, J.-D. (1999). *Como trabalha um psicanalista?* (p. 33). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido: 13/04/2018

Aprovado: 26/06/2018